

**ATA DA VI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS -
CNRH**

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte de dezembro do ano de dois mil e um, deu-se início a VI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, no auditório da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, situada no SGAN 601 - Lote 01 - Brasília/DF. O Dr. Raymundo José Santos Garrido, na qualidade de Secretário-Executivo do CNRH, solicitou que o Conselheiro Mauro Viegas, assumisse a presidência da mesa diretora dos trabalhos, visto que teria que se ausentar, em face da solenidade de aniversário da Agência Nacional de Águas - ANA, estar se iniciando em outro local e ele fazer parte daquele evento. O Conselheiro Mauro Viegas assumiu os trabalhos, verificando a existência de *quorum* para dar início a reunião. Havendo *quorum*, solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que procedesse a leitura do nome dos novos membros do CNRH, publicados no Diário Oficial da União. Foram empossados os seguintes membros: Sr. João Maurício Cabral Melo, pelo Ministério da Relações Exteriores, como suplente; o Sr. Emerson Martins Costa, representante da ARBRAC, como suplente, pelos Usuários de Água para o Lazer e o Turismo. O Conselheiro Mauro Viegas informou que a Dra. Virgínia Muzell, Conselheiro suplente, estava substituindo o Conselheiro Cláudio Langone, face a sua impossibilidade de comparecer à reunião. Verificado novamente o *quorum* foi apontada a presença de vinte conselheiros. Iniciando os trabalhos foi consultado pelo Conselheiro Mauro Viegas se haveria algum Requerimento de Urgência. O Conselheiro Júlio Thadeu informou que gostaria de encaminhar dois Requerimentos de Urgência, um relativo a Alteração da Resolução nº 05 do CNRH e o outro referente a Alteração do Regimento Interno do CNRH. Indagado ao Plenário se aceitava os referidos Requerimentos de Urgência e não havendo manifestação contrária, foram aceitos. O Conselheiro Di Bella, do Setor Hidroviário, comunicou ao Plenário que estaria apresentando proposta de Moção relativa aos Aproveitamentos Hidrelétricos nos Barramentos, com relação à construção de eclusas e outros usos. A Conselheiro Maria Aparecida comunicou que estava entrando com um Requerimento de Urgência, pedindo o *referendum* do CNRH, para encaminhar uma proposta de emenda aditiva ao Deputado Fernando Gabeira, relativa ao PL 1616/99, relativa às PCH's. Questionado se o Plenário concordava com a discussão desse requerimento, foi mesma aprovada. O Conselheiro Mauro Viegas, dando seguimento à reunião, comunicou que o Conselheiro Marco Antônio de Melo, Secretário de Planejamento do Estado de Sergipe encaminhou, no dia dezoito de dezembro o ofício nº 896/01, solicitando retirada de pauta do item referente a "Vazão Outorgada no Baixo São Francisco" que houvera sido proposto por ele, visto que este tema estava sendo objeto de entendimentos entre o Estado de Sergipe e a ANA. O Dr. Roberto Monteiro procedeu a leitura da Ordem do Dia: *Aprovação das atas da V Reunião Ordinária, III Reunião Extraordinária e IV Reunião Extraordinária do CNRH; Requerimentos de Urgência: Alteração do Regimento Interno e o de Alteração da Resolução nº 05 do CNRH; Proposta de Moção Apresentada pelo Dr. Di Bella e Proposta de Moção Apresenta pela Dra. Aparecida; Análise da Proposta de Moção para a Criação da Semana da Água; Apresentação do Substitutivo ao Projeto de Lei de Água e Esgoto, pelo Deputado Federal Adolfo Marinho; Análise da Criação da Câmara Técnica de Cobrança; Análise do Questionamento do Conselheiro Mauro Viegas, referente ao Mandato dos Conselheiros; Revisão da Composição das Câmaras Técnicas; Análise da Solicitação da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, referente à ampliação de prazo para a Implantação do Comitê; e o último item, Apresentação do Plano de Trabalho do CNRH/2002*. O Conselheiro Mauro Viegas informou que a *Apresentação do Substitutivo pelo Dep. Adolfo Marinho*, fora transferido para a parte da tarde, para às 14h30, questionando se todos estavam de acordo com a Ordem do Dia. O Conselheiro Júlio Thadeu solicitou a alteração da pauta, para que o item referente à *Revisão da Composição das Câmaras Técnicas*, fosse colocado logo em seguida do item *Análise da Criação da Câmara Técnica de Cobrança*, por se tratarem de assuntos correlatos, para após vir a *Análise do Questionamento do Conselheiro Mauro Viegas* e assim por diante. Questionado o Plenário sobre a proposta de inversão de pauta, foi a mesma aprovada. Passou-se ao primeiro item da pauta: *Aprovação das atas*. Foi colocada em votação a *ata da V Reunião Ordinária*, sendo a mesma aprovada ([anexo 1](#)). Após foi colocada em votação a *ata da III Reunião Extraordinária*, sendo igualmente aprovada ([anexo 2](#)). Colocada em votação a *ata da IV Reunião Extraordinária*, a Conselheiro Maria Aparecida pediu a palavra para questionar, na página 9, linhas 405 a 410, a fala do Conselheiro Gualter que solicitava isenção da cobrança de compensação financeira para as PCH's, o que era estranho pois as PCH's já eram isentas. Houve problema de formatação na referida ata, havendo divergências nas linhas do texto, sendo a mesma retirada de pauta. Passando-se aos Requerimentos de Urgência, o Conselheiro Júlio Thadeu expôs sobre o objetivo da Resolução nº 05 do CNRH e observou sobre a necessidade de possíveis mudanças que poderiam se fazer necessárias no processo de regulamentação da Lei nº 9433. Salientou uma alteração importante a ser feita, que dizia respeito ao prazo para a Diretoria Provisória instalar o comitê. O prazo estabelecido na Resolução nº 05 era

63 de seis meses e em comitês maiores, como era o caso do São Francisco, era necessário se dilatar
64 este prazo, visto que seis meses era muito pouco tempo para tal instalação. Apresentou a sugestão
65 para se alterar este item da Resolução nº 05, sugerindo que o prazo de seis meses fosse prorrogável
66 por mais seis meses. Posta em discussão a proposta, a Conselheiro Cristina Yuan apoiou a proposta
67 apresentada pelo Conselheiro Júlio Thadeu e disse que queria que ficasse consignado em ata que
68 esta era uma modificação emergencial da Resolução nº 05, visando tornar regular a situação dos
69 comitês já constituídos. Lembrou que havia sido aprovado pelo CNRH uma revisão integral da
70 Resolução nº 05 e que isto estava em curso. O Conselheiro Paulo Paim, concordou com a proposta
71 apresentada, mas não com os seis meses, posto que não se forma comitê com data marcada,
72 especialmente no caso do São Francisco. Afirmou que achava muito difícil o estabelecimento de
73 prazos para este trabalho, sugerindo que seria melhor que o comitê solicitasse o prazo necessário. A
74 Conselheiro Aparecida, aprovou a proposta apresentada pelo Conselheiro Júlio Thadeu e discorreu
75 sobre a sua experiência no Comitê do Pomba - Muriaé e se opôs a proposta do Conselheiro Paim, no
76 sentido de ficar o prazo em aberto. Sugeriu a inclusão de um parágrafo que estabelecesse um prazo
77 para o comitê solicitar a prorrogação de prazo. O Conselheiro Mauro Viegas lembrou que a
78 prorrogação de prazo, seria dada pelo CNRH e que assim o CNRH teria noção dos problemas que
79 ocorrem na região. O Conselheiro Júlio Thadeu endossou as palavras anteriores no sentido de que se
80 deixasse o prazo prorrogável, a critério do CNRH, permanecendo o prazo de seis meses. O
81 Conselheiro Paim aprovou esta nova versão, posto que a mesma levava a possibilidade de
82 acompanhamento dessa atividade de formação dos comitês pelo CNRH. O Conselheiro Mauro Viegas
83 pediu ao Dr. Roberto Monteiro que procedesse a leitura do novo texto. Procedida a leitura, a
84 Conselheiro Cristina Yuan questionou a inteligência do texto lido, sugerindo nova redação. O
85 Conselheiro Jairo Lousa sugeriu que o Presidente do CNRH aprovasse "*ad referendum*" do Conselho
86 o pedido de prorrogação, visto os prazos das reuniões serem longos. O Conselheiro Mauro Viegas
87 informou que o Presidente do CNRH, não tem este poder, mas considerou válida a preocupação
88 manifestada pelo Conselheiro Jairo Lousa. O Conselheiro Carlos Hugo, do Ministério da Justiça,
89 sugeriu que se tratasse o caso do São Francisco isoladamente e depois, na revisão da Resolução nº
90 05, se desse um tratamento mais adequado a esse assunto. O Conselheiro Mauro Viegas lembrou
91 que o CNRH também pode se reunir em reunião extraordinária, com prazo de quinze dias para a sua
92 convocação, para deliberar estes assuntos, sugerindo que o texto ficasse como estava proposto e
93 que se avançasse na pauta da reunião. O Conselheiro Júlio Thadeu sugeriu que se formasse um
94 grupo de duas ou três pessoas para redigir o texto e trazer após, ao Plenário. O grupo foi formado
95 pela Dra. Maria Luíza da CNI, pelo Dr. Wilson, da SRH e pelo Conselheiro Carlos Hugo. Passou-se ao
96 Requerimento de Urgência sobre o Regimento Interno - RI. Com a palavra o Conselheiro Júlio
97 Thadeu, informou que o RI fora elaborado na primeira reunião do CNRH para dar andamento aos
98 trabalhos e que com o decorrer do tempo, se notou que alguns artigos do mesmo estavam
99 dificultando a operacionalidade do Conselho, surgindo a necessidade de se alterá-lo. Informou que
100 nesse período de existência do CNRH, a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL,
101 havia se reunido e discutido muito este tema, retirando dele o que seria matéria de decreto, bem
102 como havia sido feita uma seleção dos artigos que não eram polêmicos. Apresentou uma visão
103 macro de cada um dos artigos propostos e falou da necessidade de adequação do RI às novas leis e
104 decretos, em especial à Lei nº 9984. Falou sobre a necessidade de se estabelecer critérios de
105 substituição do Presidente do Conselho nas reuniões, da necessidade de se agilizar o processo
106 deliberativo e tornar mais operacional o CNRH. Referiu-se em especial à Seção III do RI, salientando
107 as principais mudanças propostas, particularmente quanto ao número de membros das Câmaras
108 Técnicas - CT's, que passou de sete a treze membros, bem como ao limite de participação nas CT's,
109 por segmento, que deixa de existir. Lembrou ainda, que esta proposta não esgotava a possibilidade
110 de novas mudanças no RI, mas visto serem assuntos mais polêmicos, deveriam ser objeto de
111 discussões mais prolongadas, no sentido de se obter consenso antes de se trazer ao Plenário. O
112 Conselheiro Mauro Viegas elogiou a apresentação do Conselheiro Júlio Thadeu. A Conselheiro
113 Cristina Yuan sugeriu fazer uma modificação no parágrafo único do artigo 27, sugerindo suprimir a
114 expressão "*de forma sucinta*". Referiu-se também ao terceiro "Considerando" da proposta, pedindo
115 que se acrescentasse a expressão "*e câmaras técnicas*", no final do referido parágrafo. O
116 Conselheiro Paim abriu o voto favorável às mudanças propostas, recomendando que se adotasse
117 outro procedimento, para que, na próxima modificação, relativa aos assuntos mais polêmicos, fosse
118 mais ampla a discussão. Colocado em votação as alterações do RI, foram as mesmas aprovadas
119 ([anexo 3](#)). Passou-se ao Requerimento de Urgência proposto pelo Conselheiro Di Bella, que usando
120 da palavra, expôs que o Setor Hidroviário vinha ao CNRH, apresentar uma Moção que tocava num
121 dos principais pontos da gestão de recursos hídricos, o uso múltiplo, no tocante aos
122 aproveitamentos hidrelétricos. Informou que a gestão dos barramentos causava conflitos com a
123 navegação, citando como exemplo recente, o Lago de Itaipu, onde a geração causou o seu
124 esvaziamento, impedindo a navegação e causando um efeito sequencial nas barragens à jusante,

125 inviabilizando o transporte no Estado de São Paulo e no Estado de Goiás. Lembrou o Rio Tocantins,
126 que com a construção da Barragem de Tucuruí, teve a interrupção do histórico transporte fluvial.
127 Salientou a importância da navegação como um instrumento de política de desenvolvimento,
128 referindo-se ao transporte de grãos. Disse ainda que o transporte é uma atividade fim e não uma
129 atividade meio. Nesse sentido o Setor Hidroviário vinha solicitar um posicionamento do CNRH
130 quanto à construção de eclusas, nos barramentos dos rios, principalmente na bacia dos rios
131 Tocantins e Araguaia, bem como no Rio Xingu, no Barramento Belo Monte. Após leu a Proposta de
132 Moção. Finalizando, pediu ao representante do Ministério dos Transportes que expusesse a situação
133 pela qual o setor vem passando. Com a palavra o Conselheiro Martinho, endossou inteiramente a
134 Proposta de Moção feita pelo Conselheiro Di Bella e salientou que o princípio dos usos múltiplos, não
135 vem sendo observado, especialmente pelo setor elétrico, que usa apenas o critério de maximização
136 do potencial de geração de energia. Falou que as barragens do setor elétrico são de grande queda,
137 ao contrário das barragens de regularização da navegação, exemplificando com o caso de Tucuruí,
138 que a barragem atinge 74 metros de altura, o que levou a construção de um canal de
139 aproximadamente seis quilômetros, com duas eclusas de trinta e seis metros, cuja obra ele gerencia
140 há 20 anos, ou seja, tentando concluí-la. Salientou a necessidade de se observar, desde logo, o
141 projeto integrado, tendo em vista o princípio do uso múltiplo, pois otimizaria a construção das
142 barragens, reduzindo os custos. Exemplificou, através do aproveitamento integrado ocorrido na
143 Bacia do Tietê-Paraná, pela CESP. Finalizou, salientando a necessidade de se observar neste
144 processo, o atendimento da sociedade, de forma integral, através das políticas governamentais,
145 endossou novamente a proposta do Setor Hidroviário, com vistas a se obter uma nova forma de se
146 abordar esse problema, com vistas ao aproveitamento múltiplo. O Conselheiro Paim ressaltou a
147 importância da Moção trazida, preconizando a integração das políticas públicas, ressaltou o papel do
148 CNRH, afirmando que ele tinha obrigação de acolher a Moção. Fez sugestão na redação dos
149 "considerandos" do documento apresentado, sugerindo retirar o sexto "considerando" referente a
150 mazela do governo, dada a importância genérica desse processo. A Conselheiro Maria Aparecida
151 disse que, como representante de comitês e consórcios, sabia muito bem a importância dos usos
152 múltiplos e que sem ele não se fazia gestão de recursos hídricos. Questionou ao Conselheiro Di
153 Bella, quanto a parte da Moção que se reportava à ação da ANA, junto ao Ministério de Minas e
154 Energia e junto à ANEEL, apresentando uma proposta, no sentido de que, ao invés de sair como
155 uma deliberação/Moção, que esse assunto fosse aprofundado na Câmara Técnica Permanente de
156 Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR e na Resolução nº
157 16 (Resolução de Outorga). Sugeriu que o assunto fosse remetido à CTPOAR e saísse como uma
158 alteração da Resolução nº 16, o que daria um poder maior ao que fora proposto. O Conselheiro
159 Almir Cirilo com a palavra, disse que o Conselho tem trabalhado muito no atendimento da demanda
160 trazida pelas Câmaras Técnicas - CT's, mas tem que se dedicar mais aos grandes temas nacionais.
161 Lembrou a proposta de alteração do RI, reportando-se aos itens I e II do artigo primeiro, que fala
162 das competências do Conselho, ou seja, a formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e a
163 promoção da articulação do planejamento de recursos hídricos em todos os níveis. Afirmou que o
164 CNRH precisava ser indutor de ações, se reportando ao semi-árido e a necessidade de se modificar
165 essa realidade. Retomou os usos múltiplos, afirmando que o transporte hidroviário seria uma
166 alternativa para o barateamento dos custos da produção. Disse que o Conselho não estava
167 trabalhando na discussão destes grandes temas nacionais, não estava trabalhando na formulação da
168 grande política, não estava trabalhando na promoção da articulação do planejamento, não estava
169 agindo na fiscalização do que estava para ser feito na Bacia do São Francisco e na degradação dos
170 nossos corpos d'água nas cidades. Disse que o CNRH trabalhou muito bem nos anos passados na
171 definição dos instrumentos, mas ficou devendo na discussão dos grandes temas nacionais e na
172 indução dos mesmos. Mencionou como oportuna a discussão do Setor Hidroviário, propondo que
173 este assunto fosse discutido na Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Disse que
174 estava saindo do CNRH, visto a mudança na direção da ABRH, órgão que presidia. O Conselheiro
175 Mauro Viegas cumprimentou o Conselheiro Almir Cirilo, afirmando que compartilhava com ele a
176 questão de discussão dos grandes temas nacionais. A Conselheiro Cristina ponderou que o pedido de
177 Moção era utilizar a força do CNRH para o encaminhamento de um problema que estava ocorrendo e
178 sugeriu alteração na forma da Moção proposta, que deveria ter a forma das moções adotadas pelo
179 CNRH. O Conselheiro Di Bella concordou com a adequação da redação e se reportou ao comentário
180 do Conselheiro Paim, lendo o Aviso nº 609/2001, do Ministro dos Transportes ao Ministro de Minas e
181 Energia. A seguir, leu carta datada de 13/11/2001, do Ministro dos Transportes, igualmente
182 endereçada ao Ministro de Minas e Energia. Com relação a Moção, afirmou que não se tratava de
183 uma redação acabada, mas que também achava que o assunto não era objeto de uma CT, dado o
184 vulto que o mesmo já tomara e lembrou o posicionamento do Conselheiro Almir Cirilo, que já era
185 hora de o CNRH se posicionar sobre os assuntos de conflito, pedindo pelo encaminhamento mais
186 consistente. O Conselheiro Júlio Thadeu convidou a Dra. Anícia para fazer uso da palavra. A Dra.

187 Anícia lembrou que em São Paulo, este ano, a existência desse tipo de conflito, onde a geração de
188 energia desconsiderou a Hidrovia Tietê-Paraná, que quase veio a ser paralisada por causa da
189 operação unilateral da geração de energia e que ela gostaria de propor que, além de assegurar a
190 implantação de meios de transposição, fosse também garantida a operação e manutenção dos
191 sistemas existentes. A Conselheiro Aparecida justificou sua posição anterior e propugnou pela
192 aprovação da Moção, mas que o assunto também seguisse para a CT. O Conselheiro Paim, ressaltou
193 a desarticulação existente no governo, mas julgou menos importante a permanência do sexto
194 "considerando" referente à troca de correspondências. O Dr. Roberto Monteiro, a pedido do
195 Presidente, procedeu a leitura da Proposta de Moção. O Conselheiro Di Bella solicitou que fosse
196 incluída a observação da Dra. Anícia. O Conselheiro Demétrius sugeriu a inclusão para que haja um
197 planejamento conjunto doravante, numa ação pró - ativa. O Dr. Roberto Monteiro procedeu
198 novamente a leitura do texto. Dada a dificuldade de se chegar a uma redação precisa e, estando a
199 idéia já entendida por todos e aceita, foi submetida a Proposta de Moção à votação do Plenário.
200 Estando todos de acordo, foi aprovada a Moção, ficando a redação a ser concluída por um grupo
201 presente no Plenário (anexo 4). Passando-se para o assunto seguinte da pauta, o Requerimento de
202 Urgência, referente às PCH's, apresentado pela Conselheiro Aparecida. Com a palavra, ela disse que
203 já fora encaminhado pelo CNRH, emendas ao PL 1616/99 e que a sua proposição era para que fosse
204 adicionada à solicitação feita ao Dep. Gabeira, uma nova emenda, no sentido de que fosse acrescido
205 um parágrafo terceiro ao artigo 20 da minuta do PL 1616/99, com a seguinte redação: " As
206 instalações de geração isentas de compensação financeira, nos termos do disposto do artigo 4º, da
207 Lei nº 7990 de 28/12/89, e no art. 26, inciso I, parágrafo 4º da Lei nº 9427, de 26/12/96, ficarão
208 sujeitas ao pagamento pelo uso de recursos hídricos, conforme o art. 20 da lei nº 9433 e inciso 6,
209 art. 4º, da Lei nº 9984, limitado ao percentual de 75 centésimos por cento, calculados sobre a tarifa
210 atualizada de referência, fixada pela ANEEL, e com base na sua produção média em
211 megawatts/hora." A justificativa: Emenda aditiva no artigo 20, modificativa do artigo 28, da Lei nº
212 9984/00 e art. 17, da Lei nº 9648/98, acrescentando o parágrafo 3º que define pagamento pelo uso
213 da água, das instalações de gerações isentas de compensação financeira, como as PCH's, as
214 pequenas centrais hidrelétricas, de forma a obedecerem aos mesmos critérios de pagamento
215 conferido às instalações de geração que pagam compensação financeira. O Conselheiro Mauro
216 Viegas questionou o Plenário se todos estavam de acordo. O Conselheiro Júlio Thadeu ponderou que
217 o que estava sendo proposto era uma emenda a uma lei. Disse que essa isenção era um
218 entendimento que havia ocorrido dentro do próprio Setor Elétrico. Afirmou que o entendimento do
219 MMA era no sentido de que todos devessem pagar, e quem deveria decidir quem e quanto pagaria,
220 seria o comitê, conforme definido pela própria lei, inclusive podendo isentar de cobrança, um
221 determinado segmento. Disse que esse assunto tinha grande importância e que merecia uma
222 discussão mais aprofundada dentro da CT apropriada, sugerindo que o mesmo não fosse votado
223 naquele momento. Disse que estava se referindo ao parágrafo 3º. Relativo ao parágrafo 4º, que
224 sugeria que um empreendimento hidrelétrico com potência inferior a 1000 watts, seriam
225 considerados de uso insignificante, isso ia totalmente contra ao princípio de que quem define o que
226 é uso insignificante, era o comitê de bacia. Nesse sentido, sugeriu se discutir mais os assuntos
227 apresentados. O Conselheiro Mauro Viegas comunicou ao Plenário que os trabalhos seriam
228 suspensos às 12h30, para o almoço e com retorno previsto para às 14h00, para receber o Deputado
229 às 14h30. A Conselheiro Aparecida esclareceu que, na cópia distribuída, havia sido retirado a
230 menção sobre o usos insignificantes e que a única referencia que tinha o documento era no sentido
231 de que as PCH's tivessem o mesmo critério que as grandes hidrelétricas. Disse que se ela, na
232 qualidade de representante de Comitês e Consórcios, estava ali defendendo um pleito de um grande
233 usuário da bacia, era porque ela não fazia valer somente a vontade do poder público, mas do
234 conjunto todo da bacia, inclusive dos usuários. O Conselheiro Mauro Viegas colocou em votação se a
235 proposta deveria ser votada naquele momento ou ser encaminhada para a CT para maior estudo. A
236 Conselheiro Aparecida questionou o encaminhamento. O Conselheiro Martinho solicitou
237 esclarecimento sobre os percentuais das PCH's e UHE's para melhor encaminhar a votação. O
238 Conselheiro Júlio Thadeu reiterou a necessidade de se manter os princípios da lei. Salientou que a
239 sua preocupação era trazer uma situação que pudesse ter efeito em outros segmentos e abrir um
240 precedente que iria contra os princípios da Lei nº 9433/97. Afirmou que este assunto também
241 poderia ser objeto de estudo na Resolução de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. Sugeriu que
242 este tema fosse encaminhado à CTIL. O Conselheiro Paim ponderou que o assunto era importante e
243 merecia um tratamento especial, visto que o princípio citado, já havia sido rompido pelo setor
244 elétrico. A Conselheiro Aparecida reafirmou sua justificativa, dizendo que o setor não estava
245 pedindo isenção e sim incluir PCH's naquilo que já estava definido em lei. Se reportou a ata da 17ª
246 reunião da CTIL, de 15/03/2001, afirmando que ela já havia feito esse pleito, sendo na época
247 afirmado pela Dra. Adalvacir que este assunto somente poderia ser objeto de lei, por ser tratado em
248 lei. Leu a parte da ata daquela reunião e justificou a necessidade deste assunto constar do PL

249 1616/99. O Conselheiro Mauro Viegas novamente colocou em votação o encaminhamento da
250 matéria, ou seja, se o assunto seguiria para a CTIL, conforme proposta do Conselheiro Júlio Thadeu.
251 Houve divergências na condução do processo de votação. Depois de diversas ponderações pelos
252 presentes foi efetuada a votação e contabilizados os votos, sendo 10 a favor de seguir para a CTIL,
253 3 votos contra e 3 abstenções. Passou-se após a votação do conteúdo da proposta da Conselheiro
254 Aparecida. O Conselheiro Carlos Eduardo, representante dos comitês, sugeriu modificação no
255 encaminhamento, sugerindo que se votasse primeiro o conteúdo da matéria, para se votar a tese
256 do Conselheiro Júlio Thadeu posteriormente. O Conselheiro Júlio Thadeu, defendeu que o CNRH não
257 estaria nessa reunião em condições de aprovar essa matéria, porém se fosse a mesma aprovada,
258 não precisaria a mesma ser objeto de análise pela CT. Relembrou sua proposta, afirmando que se o
259 encaminhamento fosse para a CT, não teria que nesse momento se entrar no teor, visto que esta
260 atividade seria da CT. Caso sua proposta não fosse aceita, aí sim, se entraria no mérito do que
261 estava escrito. O Conselheiro Sarmento ponderou que a dúvida desse assunto residia no fato de
262 saber se ele já havia transitado ou não pela CT, posto que se ele já houvesse por lá transitado, não
263 haveria necessidade de retornar. Explicitou a solicitação formulada pela Conselheiro Aparecida.
264 Ponderou que a ata da XVII reunião da CTIL não deixava perfeitamente claro este assunto, apesar
265 de se referir a essa questão. Leu o trecho da referida ata. Disse entender o porque da solicitação
266 das PCH's, reportando-se a garantia de vazão. Terminou afirmando que se a matéria já havia sido
267 aprovada pela CTIL, não haveria mais necessidade de para lá retornar, mas se não foi, a tese do
268 Conselheiro Júlio merecia acolhida. O Conselheiro Júlio Thadeu disse que este assunto foi
269 mencionado na referida reunião e que foi dito que o assunto seria objeto de lei, conforme constava
270 da ata. Disse que todos os assuntos que foram discutidos nas reuniões da CTIL referente ao PL
271 1616/99, foram incorporados no documento encaminhado ao Deputado Gabeira. Disse ainda, que
272 dado a relevância do tema não se esqueceria do mesmo e que pelos documentos formais existentes,
273 esse assunto infelizmente não havia sido discutido. A Conselheiro Aparecida disse que, na reunião
274 da CTIL da semana anterior, havia questionado porque as sugestões da CNI não haviam sido
275 incorporadas ao documento encaminhado ao Deputado. Como resposta, havia sido dito que o motivo
276 era porque gerara esta mesma controvérsia. Nessa ocasião, ela havia perguntado se os membros da
277 CT concordavam que essa matéria entrasse como Requerimento de Urgência na reunião do CNRH.
278 Disse que já havia comentado este encaminhamento com o Dr. Wilson, da SRH e concluiu dizendo
279 que este assunto já havia passado pela CTIL. Afirmou também que esse pleito poderia estar sendo
280 encaminhado diretamente pelo setor para o Deputado, mas que o objetivo era fortalecer o CNRH, da
281 qual ela era membro ativo. O Conselheiro Júlio Thadeu, referente a última reunião da CTIL, afirmou
282 que o que a Conselheiro Aparecida havia questionado, era se poderia encaminhar a matéria a
283 plenária do CNRH. Disse não ser competência da CTIL determinar o que os conselheiros trazem ao
284 Plenário, independente do que havia sido aprovado pela própria CT. Afirmou que este assunto, pela
285 importância, deveria estar presente na lembrança de todos. O encaminhamento da Conselheiro
286 Aparecida era legítimo e reafirmou que a CTIL não havia aprovado este assunto. O Dr. Garrido,
287 retornando ao Plenário, comentou que, quanto a proposta da Conselheiro Aparecida, com relação ao
288 texto apresentado, indicavam que as PCH's queriam pagar um percentual limitado a 0,75%, se
289 reportando a Lei nº 9984/00, para pagar igual as grandes hidrelétricas, o que não era bem
290 verdadeiro. Explicou que, por ocasião da elaboração do projeto de lei, que resultou na Lei nº
291 9984/00, ele tivera a oportunidade de contribuir para a sua redação e que na redação do art. 28,
292 que dá nova redação ao art. 17, da Lei nº 9648/98, especificamente no seu § 2º, onde diz que o
293 percentual de 0,75% constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos, não fecha questão sobre o
294 assunto, posto que "constitui pagamento" era diferente de "constitui o pagamento". Afirmou que a
295 ausência do artigo definido "o" fazia a diferença. Argumentou que este percentual poderá no futuro
296 variar, pois o preço, é uma questão de mercado e por ele deve ser definido. Nesse sentido cabe
297 saber efetivamente, o que as PCH's de fato queriam. O Conselheiro Mauro Viegas consultou o
298 Plenário se deveria se voltar a votação, se não havia mais dúvidas sobre o assunto. O Conselheiro
299 Júlio Thadeu propôs o encaminhamento anterior sugerido, ou seja, que se votasse primeiro se o
300 assunto deveria retornar para a CT. Caso seja esta decisão, o assunto estaria terminado e caso
301 contrário se discutiria o mesmo no Plenário, até considerando o que fora levantado pelo Dr. Garrido.
302 A Conselheiro Aparecida disse, com relação a fala do Dr. Garrido, que esse assunto já havia sido
303 levantado e que isso iria ser uma briga jurídica, pois feria o espírito da lei, posto que o que estava
304 definido na lei era que o "0,75%" seria o pagamento. Sobre o encaminhamento da matéria, ela
305 propôs que se votasse primeiro o seu encaminhamento, ou seja, que se levasse o assunto ao
306 Deputado Gabeira, ou não. Quanto a Moção, ela informou que acolhia a informação do Dr. Garrido,
307 no sentido de que se retirasse a palavra "*limitado à* " no que se referia ao percentual de 0,75%. O
308 Conselheiro Júlio Thadeu acatou a sugestão de encaminhamento da Conselheiro Aparecida,
309 entendendo que, uma vez não acatado o encaminhamento da matéria ao Deputado Gabeira, esse
310 assunto estaria retornando à CTIL, deixando ainda claro que se fosse aprovado o encaminhamento

311 ao Deputado, teria que se discutir o texto apresentado na reunião que ora se realizava. O
312 Conselheiro Mauro Viegas, colocou em votação o encaminhamento da proposta da Conselheiro
313 Aparecida, ao Deputado Gabeira. Foram contados 5 votos a favor e dez votos contra e três
314 abstenções. Assim, decidiu-se pelo encaminhamento do assunto à CTIL. O Conselheiro Mauro Viegas
315 informou que tinha nas mãos um relatório do Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio
316 Paraíba do Sul - CEIVAP, no qual informava que estava protocolando para análise do CNRH,
317 deliberação referente aos procedimentos e valores de cobrança na Bacia do Rio Paraíba do Sul e
318 parabenizou o Conselheiro Demétrius pela aprovação de sua tese de doutorado, cujo título é
319 “Olhares sobre a Política de Recursos Hídricos no Brasil”. Foi interrompida a reunião para o almoço.
320 Reiniciada a reunião o Dr. Garrido desculpou-se pelo seu atraso, solicitando a Dra. Flávia Barros e
321 ao Dr. Monteiro que sentassem à mesa e anunciou a presença do Deputado Adolfo Marinho, relator
322 do Substitutivo do PL 4147/01, que institui a Política Nacional de Água e Esgoto, sendo o convidado
323 especial do CNRH, para apresentar o tema. Com a palavra o Deputado Adolfo Marinho saudou todos
324 os membros do CNRH e cumprimentou todos os presentes. Agradeceu o convite e discorreu sobre o
325 assunto (anexo 5). Concluída a apresentação, o Dr. Garrido agradeceu ao Deputado, elogiou a
326 exposição efetuada, abrindo a palavra ao debate. O Conselheiro Carlos Henrique se disse encantado
327 com a presença do Deputado Adolfo Marinho no CNRH e manifestou em nome das Prestadoras de
328 Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário, seu total apoio ao Substitutivo do
329 Relator. Justificou sua concordância, dizendo que o Deputado ouviu todos os interlocutores no
330 processo. Teceu comentários específicos sobre o tema, salientando a necessidade do controle das
331 perdas no processo de abastecimento d’água. Com a palavra o Conselheiro Jair Sarmento, elogiou o
332 projeto e o brilhantismo da exposição feita pelo Deputado. Disse que estávamos há anos patinando
333 na política de saneamento. Ponderou que desconhecia as razões que levaram essa matéria a uma
334 nova audiência do CONAMA. Disse esperar que o CONAMA pudesse vir a contribuir para acabar com
335 os preconceitos quanto à titularidade. Elogiou a capacidade de ouvir do Deputado e salientou a
336 densidade de conteúdo do projeto. O Dr. Garrido comentou sobre um dado trazido pelo Deputado,
337 referente a evasão da receita, como uma possibilidade de redução da necessidade de R\$ 3
338 bilhões/ano como quantia necessária a universalização dos serviços e solicitou ao Deputado
339 informações sobre a questão do FGTS poder comprar papel, que se encontrava em fase de
340 proposição. O Deputado Adolfo Marinho iniciou suas palavras se reportando ao Conselheiro Carlos
341 Henrique e sobre a questão da regulação, aduzindo que sua proposta era a regulação com a
342 participação da sociedade, diferentemente das agências reguladoras atuais. Sugeriu que as agências
343 reguladoras do saneamento fossem permeadas pela sociedade e comentou as posições dos
344 conselheiros. Reportando-se ao Conselheiro Jair Sarmento, agradeceu as palavras ditas e comentou
345 que a questão estava no licenciamento, questionando quem iria licenciar, à ANA ou a entidade
346 ambiental e afirmou que, o que não poderia haver, era um duplo licenciamento. Se colocou à
347 disposição dos conselheiros e reafirmou seu objetivo de consenso. Aproveitou para enfatizar o
348 primeiro aniversário da ANA. Sobre a questão suscitada pelo Dr. Garrido, referente ao FGTS, que
349 tem sido tradicionalmente a maior fonte financiadora do saneamento, informou que foi proposta
350 uma mudança na lei, com vistas a garantir anualmente, no mínimo 40% das aplicações, o que
351 permitiria o planejamento dos prestadores de serviços de saneamento e que isto não traria qualquer
352 prejuízo para a área de habitação, até porque, tudo o que fosse feito em saneamento, seria
353 complementar em habitação. Falou que o FGTS não tinha tradicionalmente financiado, senão através
354 de operações de crédito e havia prestadores municipais e estaduais que teriam dificuldade de fazer
355 operações de crédito, mas que poderiam vender certificado de venda à termo, poderiam securitizar
356 recebíveis e o que colocava, era que o FGTS poderia realizar esta operação. Se reportou ao interesse
357 da ANA sobre os financiamentos que podem provir dos fundos de pensão das seguradoras e se
358 colocou a disposição para eventuais esclarecimentos ao CNRH, visto se tratar de matéria extensa. A
359 Conselheiro Virgínia Muzell cumprimentou o Deputado e considerou muito proveitosa a reunião do
360 CNRH com o mesmo. Considerou a necessidade de se agilizar os trabalhos com relação a este tema
361 e colocou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul à disposição do
362 Deputado. O Dr. Garrido salientou a necessidade de se ter, o quanto antes, o texto legal para o
363 setor. Manifestou confiança no programa da ANA de despoluição de bacias e na agilidade do
364 CONAMA na apreciação do tema, tecendo outros comentários. O Conselheiro Jair Sarmento lembrou
365 que estava em discussão na CTIL, por solicitação do Conselheiro Langone, o substitutivo do PL e que
366 o objetivo era poder contribuir com o mesmo. Aproveitou para lembrar que o projeto era
367 extramamente inovador no rebatimento sobre a Lei das Águas, e que, em alguns dispositivos
368 específicos, a enriquecia. Reportou-se ao aspecto da gestão sistemática dos recursos hídricos sem
369 dissociação dos aspectos de qualidade e quantidade, o que não tem funcionado na prática. Disse que
370 em um dos dispositivos, o Deputado colocara que o licenciamento dos serviços de saneamento fosse
371 feito pelos órgãos gestores de recursos hídricos, o que hoje é feito pelos órgãos de meio ambiente, o
372 que poderia gerar no CONAMA uma resistência. Afirmou que já era hora de não apenas os aspectos

373 de quantidade, mas de qualidade também serem observados na questão do licenciamento. Referiu-se
374 se aos efluentes dos serviços de saneamento e todos os outros efluentes, sugerindo que o
375 licenciamento das empresas de saneamento, fossem feitas pelos órgão gestores de recursos
376 hídricos, através da outorga, conforme previsto pelo Substitutivo do Deputado. Com a palavra, o
377 Deputado Adolfo Marinho disse que a meta de cada prestador de serviço, não era só a expansão do
378 serviço, mas também o controle da poluição e o uso racional da água, se colocando novamente à
379 disposição do CNRH, agradeceu o convite e disse que continuava aguardando sugestões. O Dr.
380 Garrido agradeceu e solicitou aos Conselheiro Júlio Thadeu e Jair Sarmento que acompanhassem o
381 Deputado até a porta. Em seguida retomou o item referente à Resolução CNRH nº 05, que se refere
382 a prorrogação do prazo para a instalação dos comitês. Solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que
383 procedesse a leitura do texto. O Dr. Garrido questionou se todos haviam acompanhado a leitura e
384 colocou em votação a matéria, tendo 18 votos a favor e nenhum contra e nenhuma abstenção
385 (anexo 6). Aprovada a matéria passou-se ao item seguinte que tratava da Análise da Moção para a
386 Criação da Semana da Água. Com a palavra, o Conselheiro Júlio Thadeu apresentou o assunto. O
387 Conselheiro Júlio informou que o referido tema estava retornando ao Plenário pela segunda vez,
388 narrando os fatos passados e os trabalhos realizados pela CT, que resultou em uma proposta de
389 Moção ao Ministro do Meio Ambiente, no sentido que seja criada a Semana da Água no mês de
390 outubro, coincidindo com a Semana Pan-americana da Água. Colocada em discussão a matéria, o
391 Conselheiro Almir Cirilo ponderou que o dia 22 de março era o Dia Mundial da Água e que isso
392 deveria ser levado em consideração para esta definição. O Dr. Garrido teceu comentários sobre o
393 Dia da Água e sobre o Dia Pan-americano da Água. A Dra. Virgínia esclareceu que em outubro o Rio
394 Grande do Sul - RS comemorava a Semana Interamericana da Água e que o objetivo era fortalecer
395 o processo de mobilização com a criação de uma Semana Nacional da Água, o que não prejudicaria
396 o Dia da Água celebrado em março. O Conselheiro Jair Sarmento informou que este assunto foi
397 ricamente discutido no âmbito da CTIL e foram ouvidos profissionais da Associação Brasileira de
398 Engenharia Sanitária - ABES e de vários estados sobre o tema e que isso deveria ser trazido ao
399 Plenário, sugerindo que talvez a designação de um relator para cada tipo de matéria pudesse
400 encarnar o trabalho realizado nas CT's. Falou da tradição no RS dessa semana, da adesão do Estado
401 de Minas Gerais a esta data e mencionou que o ideal era se aproveitar o mês de outubro para se
402 fazer uma grande mobilização nacional em torno do tema. A Dra. Virgínia informou, em nome do
403 representante da ABES, que a ABES, a Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente -
404 ABEMA e a Organização Panamericana de Saúde - OPAS estavam firmando um convênio para
405 desenvolver ações nesse sentido. O Dr. Garrido sugeriu colocar em votação a criação da Semana da
406 Água, deixando em aberto a questão do mês, para ser definido na próxima reunião, após ser ouvida
407 a CT. O Conselheiro Júlio Thadeu discordou da sugestão ofertada, sugerindo partir para uma
408 definição, visto não ser mais produtivo retornar este assunto à CT, posto que já foi discutido. O
409 Conselheiro Jair Sarmento reforçou sua exposição, salientando as dificuldades de se realizar este
410 evento no mês de março, visto que este tipo de mobilização, se daria no início das voltas às aulas, o
411 que ensejaria a existência de pouco tempo para a sua preparação. Que em outubro seria mais
412 produtivo. O Dr. Garrido questionou o Conselheiro Almir Cirilo se ele se dava por satisfeito com os
413 argumentos apresentados. O Conselheiro Almir Cirilo não concordou com os argumentos
414 apresentados, considerando que o mês de março seria melhor. O Conselheiro Flávio Neiva julgou
415 sensata a posição do presidente em votar somente a instituição da Semana da Água. Disse que pela
416 primeira vez se via pressionado pela CT. Ponderou que não era por ter fortes argumentos na CT,
417 que o CNRH deveria se inclinar por eles. Afirmou que era favorável ao mês de março, mas, devido a
418 controvérsia instaurada, apoiava a posição do Presidente. O Conselheiro Abicalil argumentou a favor
419 do mês de março, citando que as aulas iniciam no mês de fevereiro. Aduziu que, nesse processo, o
420 impacto na sociedade civil se dá através da mídia, que concentra suas atenções em março, ao Dia
421 Mundial da Água. E um terceiro argumento era que no mês de outubro se teria as eleições, o que
422 fatalmente ofuscaria a Semana da Água. O Dr. Garrido reafirmou a soberania do Plenário para a
423 decisão e propôs a votação em dois estágios. Num primeiro momento votando a criação da Semana
424 da Água e num segundo se ela seria no mês de março ou em outubro. O Conselheiro Jair Sarmento
425 apoiou as palavras do Conselheiro Neiva, explicitando que se tratava de dois momentos distintos,
426 um da CT e o outro, com soberania, do Plenário. Disse que a CT existia para apoiar e subsidiar o
427 Plenário e não para impor uma decisão e apoiou o encaminhamento proposto anteriormente pelo Dr.
428 Garrido. Sugeriu ainda, deixar se manifestar colegas da ABES e dar também oportunidade de se
429 ouvir os defensores do mês de outubro. O Conselheiro Júlio Thadeu sugeriu que todos os expositores
430 tivessem a oportunidade de defenderem seu ponto de vista perante o Plenário numa próxima
431 reunião e que julgava que esse assunto não precisava mais retornar à CT. Salientou o trabalho da
432 CT e disse que todos os seus membros estavam cientes de que a CT não decidia nada, apenas
433 encaminhava entendimentos ao Conselho. O Conselheiro Lousa ponderou sobre as diferentes
434 características das regiões do Brasil e sugeriu que se criasse a Semana da Água e deixasse que a

SRH definisse a melhor data, assim cada estado teria a sua data adaptada as suas características climáticas. O Dr. Garrido sugeriu três encaminhamentos: um, que apenas se votasse a criação da Semana da Água deixando livre as duas datas; dois, votar a aprovação da criação da Semana da Água e depois quando enviar a Moção informar as vantagens e desvantagens entre as duas datas e deixar que o legislativo resolvesse; e três, votar a aprovação da Semana da Água e deixar para a reunião seguinte a definição da data trazendo expositores do tema. Foi colocado em votação a criação da Semana da Água, tendo tido 16 votos a favor, nenhum contrário e nenhuma abstenção. O Conselheiro Júlio Thadeu sugeriu que se convidasse os expositores dessa matéria, na CT, para a expor, ao Plenário. O Dr. Garrido colocou em votação se o Plenário votaria a data naquele momento, ou na reunião seguinte. O Plenário decidiu votar imediatamente a data para a realização da Semana da Água. O Dr. Rui Brasil ponderou sobre o espírito da matéria, que era fortalecer a questão da água, independente da época do ano, propondo que fosse escolhido o mês de março, haja visto o aspecto eleitoral do mês de outubro. Colocada em votação a data para a realização da Semana da Água, o mês de março obteve 11 votos, o mês de outubro 4 votos e houve 1 abstenção. Assim, ficou aprovada a Moção a fim de que se encaminhe ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, a proposta de criação da Semana da Água, no mês de março, conforme exposto ([anexo 7](#)). Passado ao ponto seguinte da pauta, Análise da Criação da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, o Dr. Garrido convidou o Conselheiro Júlio Thadeu para apresentar o tema. O Conselheiro Júlio Thadeu comentou que na penúltima reunião do CNRH, esta proposta foi apresentada por alguns conselheiros, sob o argumento de que já existiam outras CT's para os outros instrumentos de gestão de recursos hídricos. A CTIL analisou o pleito e chegou a conclusão, num primeiro momento, que não caberia a criação de uma nova CT somente para este instrumento. Todavia, analisando as atribuições do CNRH, cabendo a ele analisar, por demanda dos comitês de bacia, os critérios e os preços cobrados, considerou-se pertinente se criar uma nova CT, visto que este tipo de demanda, iria, no futuro, aumentar e atrapalhar os trabalhos se fosse locado em outra CT. Assim, por conta disso e por conta de se saber como o comitê chegou a estes custos, aos valores, se foi feita, ou não, uma discussão com a sociedade, quais os critérios utilizados, assuntos que estão ainda muito soltos, a CTIL sugeriu, ao CNRH, a criação da CT de Cobrança, com as atribuições constantes do documento distribuído. Sobre a questão das diretrizes que cabem ao CNRH, a CTIL chegou a conclusão de que, por se tratar de uma questão mais ligada a parte legal do processo, este tema deveria continuar na CTIL. Assim a CT de Cobrança teria um papel operacional dentro do Conselho. O Dr. Garrido ponderou sobre os argumentos apresentados, dizendo que não era bem esse o enfoque a ser dado, discorrendo sobre a legislação, lembrou que a CT decidiria em cima de dois estudos, ou seja, um realizado pelo comitê e outro, realizado pela ANA, assim não achava tão intenso o trabalho que essa CT iria ter. O Conselheiro Sarmento pediu a reflexão do Plenário e disse que estava de acordo com as colocações do presidente, salientou que esta decisão havia sido tomada por um Grupo de Trabalho, e não pela CTIL. Ponderou que a atribuição mais importante que a lei atribuía ao Conselho, era o estabelecimento de critérios gerais, tanto para outorga, como para a cobrança. Achou estranho que a proposta de criação da CT de Cobrança não possuísse essa função, ou seja a CTIL era que iria tratar desse tema. Afirmou se tratar de uma incoerência e comunicou que havia distribuído no Plenário uma proposta alternativa, onde a primeira competência dessa nova CT, que não se chamava apenas de Cobrança, mas sim de Cobrança, Outorga e Fiscalização, era justamente esta. Relatou que não se opunha que tais assuntos passassem também pela CTIL, visto o seu caráter normativo. Ressaltou um outro item que considerava faltar na proposta apresentada, que consistia na análise e sugestão de diretrizes complementares, conforme constava da lei. Justificou sua proposta afirmando que a outorga, a cobrança e a fiscalização andam juntas e pediu a revogação da Resolução do CNRH nº 07, dizendo que sua proposta visava aperfeiçoar o texto da proposição que fora levada ao Plenário. O Conselheiro Neiva, esclareceu seu respeito pelos trabalhos das CT's e apoiou a necessidade de integração da outorga, cobrança e fiscalização, para a ANA. Com relação ao CNRH, julgava que poderia haver a dissociação destes itens. O Conselheiro Martinho afirmou que, como membro do Grupo de Trabalho - GT, havia participado da discussão desse assunto e se opusera a criação da CT de Cobrança, por entender que a CTPOAR já atendia aos assuntos de cobrança também. Disse que foi voto vencido no GT e se surpreendera com a proposta da ANA, que coincidia com seu ponto de vista e que apenas adicionaria alguma coisa, a ela, versando sobre "dirimir conflitos". Terminou dizendo que a proposta da ANA merecia acolhida. O Conselheiro Di Bella, questionou se acolhida a proposta da ANA, como ficaria a situação dos conselheiros que tinham mandato na CTPOAR. A Conselheira Aparecida expôs o seu entendimento sobre essa questão e lembrou que o item seguinte da pauta era a votação da composição das CT. Lembrou ainda que havia sido, naquela data, aumentado o número de membros das CT's e assim a questão exposta pelo Conselheiro Di Bella estaria praticamente resolvida. O Conselheiro Demétrius sugeriu a transformação da CTPOAR existente, em vez de sua extinção. O Conselheiro Carlos Hugo disse ser favorável a agregação da

497 cobrança à CT existente, salientando a ausência de um item referente as ações mitigadoras e
498 compensatórias. O Conselheiro Sarmiento concordou com a proposta do Conselheiro Carlos Hugo e
499 com a proposta do Conselheiro Martinho referente a dirimir de conflitos, afirmando que esta matéria
500 já estava incluída nas atribuições da CTPOAR, assim como a sugestão do Conselheiro representante
501 da Ministério da Justiça. Afirmou que a sugestão do Conselheiro Demétrius era exatamente o que a
502 ANA estava propondo. Informou, fazendo um comparativo, que o CONAMA havia criado 22 CT's e
503 agora havia se reestruturado, reduzindo o número para apenas 10 CT's. Defendeu a proposta que
504 apresentara, no sentido de se unir, em apenas uma CT os procedimentos de Outorga, Cobrança e
505 Fiscalização. O Dr. Garrido ponderou que a Fiscalização era tema da Lei nº 9984/00 e de
506 competência da ANA a sua implementação. Julgava que não deveria ser objeto de uma CT, apesar
507 da adesão dos temas, todavia não via como atribuição do CNRH a Fiscalização. Informou,
508 resumindo, que havia uma proposta do GT e outra da ANA, para se fazer a adesão dos dois temas,
509 lembrando que Outorga e Cobrança andavam juntas, não podendo ser dissociadas. A primeira no
510 sentido de se criar uma CT de Cobrança e a outra, no sentido de se aderir estes dois ou três temas.
511 O Conselheiro Abicalil falou que a proposta trazida pela ANA trazia consistência técnica, entretanto
512 visto o esvaziamento da reunião, sugeriu nada se decidir e deixar o assunto para a próxima reunião,
513 remetendo a matéria, de volta, à CT. O Dr. Garrido lembrou que o tema Cobrança já estava a exigir
514 do CNRH o seu espaço, visto a questão do Paraíba do Sul. Disse que se fosse acolhida a sugestão do
515 Conselheiro Abicalil, teria que se ter um reunião extraordinária em fevereiro. O Conselheiro
516 Sarmiento lembrou que o Comitê do Paraíba do Sul já havia protocolado no CNRH o pedido de
517 avaliação dos instrumentos de cobrança e dos valores propostos e que na ausência de uma CT
518 específica, esta incumbência seria desenvolvida pela CTIL. Disse ser favorável a um estudo de
519 unificação das duas propostas. O Conselheiro Júlio Thadeu concordou com a proposta do Conselheiro
520 da SEDU, até por aspectos regimentais, como o da extinção de uma CT. Sugeriu disponibilizar na
521 página do CNRH, na Internet, as diretrizes de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos para abrir as
522 discussões, enquanto se definia esta questão. O Conselheiro Martinho endossou esse
523 encaminhamento e sugeriu que a análise da questão do Paraíba do Sul, caso apresentada, viesse a
524 ser analisada pelas duas CT's, pela CTIL e pela de Outorga. O Dr. Garrido pediu desculpas e licença
525 aos Conselheiros, pois estava sendo chamado pelo Ministro e precisava se ausentar, convidando o
526 Conselheiro Júlio Thadeu para assumir a presidência da reunião. O Conselheiro Carlos Hugo retornou
527 a questão das ações mitigadoras e compensatórias lembrando que, se extinta a CTPOAR, elas
528 desapareceriam. Encaminhada a questão foram apresentadas três alternativas: Um, permanecer a
529 proposta apresentada pelo GT; dois, a alternativa de se aprovar a proposta encaminhada pela ANA
530 com as alterações sugeridas. Questionada a questão do *quorum* pela Conselheiro Aparecida, foram
531 contados dez conselheiros no Plenário. Seguindo o encaminhamento, foi apresentada a terceira
532 alternativa, no sentido de que este assunto retornasse a CTIL para análise. Efetuada a votação, o
533 assunto foi remetido à CTIL para análise. Passando-se ao item seguinte da pauta, abordou-se a
534 questão da Solicitação de Ampliação do Prazo para a Implantação do Comitê do São Francisco. O
535 Conselheiro Júlio lembrou da alteração da Resolução CNRH nº 05, ocorrida naquela reunião.
536 Colocado em votação, foi aprovada a ampliação do prazo por mais seis meses, conforme solicitado
537 pela Diretoria Provisória do Comitê. Seguindo a pauta, passou-se à Análise da Solicitação do
538 Conselheiro Mauro Viegas, referente ao mandato dos Conselheiros. O Conselheiro Júlio teceu
539 comentários sobre o assunto e como o proponente não estava presente no Plenário, sugeriu o
540 adiamento deste assunto. Todos concordaram. Passou-se a Revisão da Composição das CT's. O
541 Conselheiro Júlio informou que o Grupo de Trabalho – GT havia feito a análise desse assunto e
542 discorreu sobre os critérios utilizados para tanto. Disse que se tratava da substituição dos membros
543 das CT's cujo mandato estava vencido, que era a CTIL e a CT do Plano Nacional de Recursos
544 Hídricos, assim como também dos membros excluídos, das CT em funcionamento, por falta às
545 reuniões, conforme o Regimento Interno do CNRH e, ainda, pela alteração da composição do CNRH,
546 com a saída e o ingresso de alguns órgãos, em virtude de Decretos que alteraram a composição do
547 CNRH. Explicou o processo de habilitação e o trabalho realizado pelo GT, o que estava
548 consubstanciado no documento distribuído ([anexo 8](#)). O Conselheiro Abicalil informou que a SEDU
549 não fazia parte de nenhuma CT, visto o prazo dado ter sido muito curto para a manifestação do
550 interesse dos órgãos. O Conselheiro Júlio concordou com o prazo estreito, mas lembrou que todos os
551 Conselheiros foram contatados por telefone e lembrou que haverá a ampliação do número de
552 membros da CT, de sete para treze membros e o prazo para a manifestação de interesse será
553 maior, estando desde já aberto, para a manifestação dos interessados. O Conselheiro Hugo
554 manifestou o interesse da Justiça em continuar participando da CTIL. O Conselheiro Demétrius
555 comunicou que o Ministério da Integração Nacional havia feito uma correspondência manifestando o
556 interesse em participar da CT do Plano Nacional, CTIL e de Cobrança a ser criada, mas por conta da
557 limitação que havia, só fazia parte, segundo o quadro, da CT do Plano Nacional. Assim reiterava o
558 interesse em participar nestas outras CT's, lembrando que se não houvesse a junção das CT's de

559 Cobrança e de Outorga, gostaria de participar na de Outorga também. Foi lembrado pelo
560 Conselheiro Di Bella, que a participação nas reuniões das CT's eram abertas a todos, que o processo
561 era público e transparente. O problema de restrição ao número de membros, estava apenas ligada à
562 questão do voto. Encaminhada a questão foi colocada em votação a Tabela nº 2, que foi aprovada
563 pelo Plenário. Após passou-se à apresentação do Plano de Trabalho do CNRH/2002 ([anexo 9](#)). O
564 Conselheiro Júlio discorreu sobre o plano e sobre a proposta orçamentária, no valor total de R\$
565 1.200.000,00 para o exercício. Comentou que havia recebido do Conselheiro Almir Cirilo duas
566 sugestões sobre assuntos que deveriam ser incluídos no Programa de Trabalho do CNRH, que
567 seriam: A Transferência de Água da Bacia do Rio Tocantins, e a Recuperação Ambiental da Bacia do
568 Rio São Francisco. O Conselheiro Demétrius apoiou a proposta do Conselheiro Almir Cirilo e sugeriu
569 incluir na pauta a Regulamentação da Lei nº 9433/97 e a Regulamentação da Lei da ANA. O
570 Conselheiro Júlio sugeriu trazer o PL 1616/99. O Conselheiro Abicalil, informou sobre o Censo que
571 estava sendo conduzido pela SEDU, para fazer um levantamento das necessidades de água e esgoto
572 no Brasil e que este era um tema importante para o CNRH, discutir no segundo semestre de 2002. O
573 Conselheiro Martinho trouxe como sugestão o tema referente ao "Apagão", apoiando os demais
574 temas sugeridos. Foi solicitado que a reunião do CNRH, não fosse mais realizada muito próximo à
575 semana do Natal. O Conselheiro Júlio mencionou que o programa do CNRH era dinâmico e poderia
576 haver alterações no seu transcurso. Encerrando os trabalhos teceu comentários de caráter geral,
577 sobre os processos de institucionalização da Política Nacional de Recursos Hídricos e desejou a todos
578 um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. Foi encerrada a VI Reunião Ordinária do CNRH. Uma vez
579 aprovada pelo Plenário do CNRH a presente Ata, será assinada por mim, Raymundo José Santos
580 Garrido, Secretário Executivo e pelo Presidente do CNRH.

581
582
583

JOSÉ SARNEY FILHO
Presidente

RAYMUNDO JOSÉ SANTOS GARRIDO
Secretário Executivo

584
585

586 Documentos anexos à ata da VI Reunião Ordinária do CNRH:

587

588 Anexo 1 – Ata da V Reunião Ordinária do CNRH;
589 Anexo 2 – Ata da III Reunião Ordinária do CNRH;
590 Anexo 3 – Alteração do Regimento Interno do CNRH;
591 Anexo 4 – Moção do Setor Hidroviário;
592 Anexo 5 – Palestra do Deputado Adolfo Marinho;
593 Anexo 6 – Alteração da Resolução CNRH nº 05;
594 Anexo 7 – Moção referente à criação da Semana da Água;
595 Anexo 8 – Tabela de composição das Câmaras Técnicas;
596 Anexo 9 – Plano de Trabalho do CNRH para 2002.